

Introdução

Ao longo dos próximos capítulos apresentaremos alguns indicadores de gestão orçamental e financeira, dando a conhecer os dados do ano em apreciação, avaliando o seu grau de execução, nalguns casos analisaremos também a sua evolução ao longo dos últimos anos, estabelecendo comparabilidade com a informação disponibilizada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2020, de forma a avaliar a realidade financeira do município não apenas de forma isolada mas também em termos comparativos com a realidade dos restantes municípios.

O ano 2021 continuou a ser naturalmente condicionado de forma significativa pelos impactos provocados pela Pandemia do Covid-19. Para além dos efeitos indiretos quer na nossa atividade de administração direta quer nas ações relacionadas com a execução das empreitadas em curso ou a iniciar, houve necessidade de cancelar na sua quase totalidade a programação referente às atividades culturais, desportivas e outras. Foram meses muito difíceis em que se ia tentando avançar à medida do que era legalmente permitido, mas nunca foi possível atingir o ritmo desejado, o que consequentemente provocou uma diminuição da atividade municipal, com reflexos diretos e indiretos na execução das ações previstas para o ano.

Resumo da Atividade Desenvolvida

As grandes opções do plano para 2021, apreciadas em reunião de câmara do dia 23 de dezembro de 2020 e aprovadas em reunião da assembleia municipal de 30 de dezembro, foram elaboradas e apresentadas num cenário de enorme incerteza, mas também de grande expectativa, pois a situação financeira do Município, o conjunto de projetos que estavam plasmados nas grandes opções do plano, a forte capacidade de execução que o Município já demonstrou, alicerçada no cenário macroeconómico de crescimento previsto para o País, deixavam em aberto que 2021, nos poderia projetar para um novo ciclo de investimento.

Desde muito cedo se percebeu que iria ser novamente um ano muito difícil. Vicissitudes de ordem diversa impediam-nos de retomar a normalidade desejada. Muitas restrições ainda à atividade, concursos desertos, obras a parar, empreiteiros a demonstrar incapacidade de executar, por dificuldades financeiras e outras. Apesar de todo o esforço no sentido de manter a programação das principais ações e a carteira de investimentos projetados, os indicadores que a evolução dos acontecimentos nos iam demonstrando, eram obviamente, em sentido inverso a tudo o que pretendíamos e perspetivávamos.

Foi um ano tão ou mais angustiante que 2020. Sabermos que tínhamos capacidade para executar e que por motivos externos e alheios à nossa vontade seria mais um ano em que não iríamos conseguir atingir os objetivos a que nos propúnhamos. Um cenário de grande consternação,

perante as circunstâncias, que criava em todos os intervenientes um sentimento de impotência que de certa forma caracterizou o ano 2021, marcado também pelo processo eleitoral autárquico, que decorreu em outubro, e que como sabe, gera sempre um período de menor atividade.

Os documentos previsionais que apresentavam uma previsão de despesa na ordem dos vinte e quatro milhões de euros, foi ao longo do ano sofrendo os ajustamentos, chegando ao final do ano com uma dotação de cerca de vinte e sete milhões de euros, o que significa que a nível financeiro tudo estava preparado no sentido de responder ao plano de atividade que foi apresentado pelo órgão executivo, e só por dificuldades na concretização dos projetos e/ou na fase de contratação das empreitadas não foi possível colocar no terreno a grande maioria dos investimentos dotados em plano.

Analisando separadamente as atividades mais relevantes, que inicialmente se apresentavam com uma previsão de despesa de aproximadamente cinco milhões de euros, foram sucessivamente ajustadas em aproximadamente 50%, tendo no final do ano evidenciado uma dotação na ordem sete milhões e quinhentos mil euros. Áreas como, os Serviços auxiliares de ensino a Ação Social, a Cultura, o Abastecimento de água a Indústria e a energia, cuja expectativa de execução ascendia aos dois milhões de euros viram a sua dotação corrigida tendo no final uma dotação de cerca de quatro milhões de euros.

Por sua vez no que respeita ao plano de investimentos, cuja previsão inicial ascendia aos onze milhões sofreu uma redução de 10%, tendo no final do ano se situado nos, pouco mais, de dez milhões de euros.

Análise da Execução Orçamental

Neste capítulo pretende-se analisar a execução orçamental do município. São avaliadas as componentes orçamentais da receita e da despesa, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentado nalguns casos a sua evolução ao longo dos últimos anos e comparando simultaneamente com os indicadores disponíveis no anuário financeiro de 2020 relativamente aos municípios de pequena dimensão, onde nos incluímos.

Receitas Municipais

De acordo com a legislação em vigor, a inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal obedece, na sua generalidade ao disposto no classificador económico apresentado pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza em **receitas correntes, receitas de capital e outras receitas**.

Execução Global do Orçamento da Receita

Designação	2021
Receitas previstas iniciais	23 902 251,00 €
Receitas previstas corrigidas	27 639 545,93 €
Receitas liquidadas	27 901 152,13 €
Receitas por cobrar no início do ano	236 777,82 €
Receitas cobradas líquidas	27 719 936,33 €
Diferença entre receita prevista e receita cobrada	-80 390,40 €
Diferença entre receita prevista e receita liquidada	-261 606,20 €
Receita por cobrar no final do ano	265 830,72 €
Receitas liquidadas / Receitas previstas	101%
Grau de execução da receita cobrada	100%

Em 2021 o município liquidou e cobrou receita acima dos valores previstos, conforme se pode constatar na tabela em cima. Para o valor global de receita prevista na ordem dos vinte e sete milhões e seiscentos mil euros, o município cobrou vinte e sete milhões setecentos e dezanove mil euros, dos quais, oito milhões oitocentos e vinte e dois mil euros respeita à realização do saldo da gerência, o que significa que a receita realizada propriamente dita se cifrou nos dezoito milhões e oitocentos mil euros como iremos demonstrar nos quadros seguintes.

De referir, quer ao nível da receita corrente como de capital, a execução superou os valores previstos em orçamento. Do lado da receita corrente em cerca de dezoito mil euros e do lado da receita de capital em cerca de cinquenta e sete mil euros.

Independentemente de não ser uma situação muito comum, de referir que o município apresenta por norma elevadas taxas de execução da sua receita.

Esta situação vem sobretudo reforçar a forma rigorosa como é construído o orçamento municipal, e que 2021 apesar de todas as limitações e condicionantes que afetaram a atividade municipal, o que é mais visível sobretudo do lado da despesa, pois ao nível da receita foi possível manter quer em termos absolutos quer em termos relativos os valores de anos anteriores, o que é um indicador de estabilidade e que nos permite encarar os próximos ciclos com maior expectativa.

Estrutura da Receita Municipal por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se avaliar a estrutura da receita municipal e o respetivo peso na receita total. Seguindo a nomenclatura do classificador, continuamos a analisar as duas componentes separadamente, apesar de cada vez mais o conceito de receita corrente e receita de capital estar a perder utilidade. Não havendo nenhuma limitação a esse nível na construção do orçamento e sendo possível afetar até 90% da receita proveniente do orçamento do estado, que é a receita de maior volume, à componente corrente, os municípios ficam com uma margem enorme para fazer uma gestão do seu orçamento e desse modo as preocupações com o princípio do equilíbrio orçamental passa a ser muito mais fácil de gerir.

Designação	Valor cobrado 2021	%
Receitas Correntes	14 891 851,68 €	79%
Cap. 01 - Impostos diretos	974 421,21 €	
Cap. 04 - Taxas	52 563,97 €	
Cap. 05 - Rendimentos de propriedade	453 274,64 €	
Cap. 06 - Transferências correntes	12 237 143,50 €	
Cap. 07 - Venda de bens e serviços	1 132 124,02 €	
Cap. 08 - Outras receitas correntes	42 324,34 €	
Receitas de Capital	4 001 324,05 €	21%
Cap. 09 - Venda de bens de investimento	69 842,33 €	
Cap. 10 - Transferências de capital	3 909 752,53 €	
Cap. 11 - Ativos financeiros	1 485,08 €	
Cap. 13 - Outras receitas de capital	20 244,11 €	
Total Receita	18 893 175,73 €	

A receita corrente que é composta maioritariamente pelas transferências correntes resultantes do Orçamento de Estado e dos Financiamentos comunitários, que representam mais de 80% da receita corrente do município, e tem um peso na receita total municipal de 79%. De acordo com

os dados do anuário financeiro de 2020, esta componente da receita corrente tem vindo ao longo dos últimos anos a ganhar peso no total das receitas correntes municipais, e representava em 2020, cerca de 86% das receitas corrente totais, de acordo com os dados do anuário financeiro. As restantes receitas como os rendimentos de propriedade, as vendas de bens e serviços, os impostos diretos e as taxas, não tendo um peso determinante, tem ao longo dos últimos anos conseguido manter uma certa estabilidade na componente da receita corrente, contribuindo também dessa forma para recuperar alguma da independência financeira.

Estrutura e evolução das transferências recebidas

A rúbrica "transferências recebidas", correntes e capital, são como se sabe, as que maior peso tem na estrutura da receita municipal. Desta forma analisaremos neste capítulo quer a sua composição quer a sua evolução ao longo dos últimos 4 anos. As transferências são essencialmente compostas pelas transferências do Orçamento de Estado (OE), pelas transferências de Fundos Comunitários (FC) e pelas transferências de Serviços e fundos autónomos (IEFP, IGF, DGAL, etc.), entende-se por isso pertinente apresentar o desdobramento destas três componentes, analisando também a sua evolução.

Designação	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)
Transferências do OE	13 484 818,14 €	84%	12 468 515,53 €	87%	11 397 995,00 €	89%	10 868 996,00 €	92%
Fundos Comunitários	1 462 814,57 €	9%	1 360 763,22 €	10%	1 078 265,36 €	8%	796 390,95 €	7%
Outras transferências	1 199 263,32 €	7%	459 012,77 €	3%	341 229,58 €	3%	185 621,30 €	2%
Total Transferências	16 146 896,03 €		14 288 291,52 €		12 817 489,94 €		11 851 008,25 €	

Podemos desde logo observar o peso que as transferências do OE representam no total das transferências recebidas, que, nos quatro anos em análise, ascende sempre aos 80%, sendo que as transferências dos fundos comunitários se situam anualmente nos entre os 7% e os 10% e as restantes transferências entre em 2021 atingiram o valor mais alto dos últimos anos, fruto da descentralização de competências na área da Educação.

Apresentamos de seguida, a evolução que esta componente da receita evidenciou entre 2018 e 2021.

Designação	2021	2018	Evolução 2018 /2021
Transferências do OE	13 484 818,14 €	10 868 996,00 €	24%
Fundos Comunitários	1 462 814,57 €	796 390,95 €	84%
Outras transferências	1 199 263,32 €	185 621,30 €	546%
Total Transferências	16 146 896,03 €	11 851 008,25 €	36%

De registar a evolução extremamente favorável verificada em todas as componentes das transferências, com especial relevo para as transferências do OE pelo peso que tem na estrutura da receita e pelo incremento que registam de 2018 para 2021, de 24%, o que em termos absolutos ascende aos dois milhões e meio de euros.

Despesas Municipais

Neste ponto pretende-se analisar a informação sobre a execução orçamental da despesa, avaliando e comparando despesa prevista com despesa comprometida e despesa paga.

Execução Global do Orçamento da Despesa

Designação	2021
Despesas previstas iniciais	23 902 250,11 €
Despesas previstas corrigidas	27 639 545,93 €
Compromissos do exercício	19 557 953,82 €
Despesas pagas no exercício	16 814 467,13 €
Compromissos por pagar no exercício	2 370 964,20 €
Grau de execução da despesa comprometida em relação à despesa corrigida	71%
Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	86%
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista	61%

O indicador da despesa comprometida com (71%) fica aquém do valor apresentado no anuário financeiro de 2020 para a médias do Municípios Portugueses que é de 87,2%. O indicador da

despesa paga em relação à despesa comprometida com 86%, regista um valor acima do indicado no anuário para a média dos Municípios Portugueses em 2020 que é de 84,10%. Por ultimo, o indicador da despesa paga em relação à despesa prevista corrigida (61%) é consideravelmente inferior á media nacional que registou em 2020, 73,3%. Apesar destes dois indicadores menos conseguidos, sabemos que os mesmos resultam de situações conjunturais e que será possível já nos anos seguintes repor para níveis mais elevados.

Os compromissos do exercício resultam essencialmente na componente da despesa corrente com cerca de 77%, sendo que do lado da componente de capital se situou nos 61%, resultando daqui o menor grau de despesa comprometida apresentado no final de 2021.

Estrutura da despesa por capítulos económicos

Designação	Valor pago 2021	%
Despesas Correntes	11 374 061,48 €	68%
Cap. 01 - Despesas com pessoal	5 431 560,41 €	
Cap. 02 - Aquisição de bens e serviços	4 066 031,36 €	
Cap. 03 - Juros e outros encargos	31 056,19 €	
Cap. 04 - Transferências correntes	1 679 184,76 €	
Cap. 05 - Subsídios	78 097,09 €	
Cap. 06 - Outras despesas correntes	88 131,67 €	
Despesas de Capital	5 440 405,65 €	32%
Cap. 07 - Aquisição de bens de capital	4 563 200,42 €	
Cap. 08 - Transferências de capital	548 741,46 €	
Cap. 09 - Ativos financeiros	0,00 €	
Cap. 10 - Passivos financeiros	328 463,77 €	
Cap. 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	
Total Despesa	16 814 467,13 €	

Na tabela anterior é possível analisar o peso quer da despesa corrente (68%) como da despesa de capital (32%). Tratam-se de valores idênticos aos verificados em 2020. Será também interessante avaliar o contributo das despesas com pessoal e aquisição de serviços no total da despesa paga, que representam cerca de 56%, percentualmente inferior ao valor de 2020.

As despesas com pessoal que em 2020 representavam individualmente 35% das despesas totais, em 2021, representam cerca de 32%.

Por sua vez as despesas de investimento que em 2020 não ultrapassaram os 19%, no ano de 2021 situaram-se nos 27%.

Estrutura e evolução das despesas correntes e de capital

Designação	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)
Despesas correntes	11 374 061,48 €	68%	10 249 839,21 €	69%	10 484 290,12 €	69%	9 831 336,75 €	66%
Despesas capital	5 440 405,65 €	32%	4 577 256,49 €	31%	4 685 668,73 €	31%	5 092 212,99 €	34%
Total Despesas	16 814 467,13 €		14 827 095,70 €		15 169 958,85 €		14 923 549,74 €	

Da análise à tabela é possível perceber como têm evoluído as despesas correntes e de capital ao longo dos últimos quatro anos e o seu peso relativo no total da despesa do município. Não havendo nenhum indicador que determine qual deve ser obrigatoriamente o peso de cada uma das componentes, cada município faz a afetação dos seus recursos e acordo com as suas linhas estratégicas. A este nível dizer que o MM com estes indicadores está bem dentro da média nacional, que em 2020 de acordo com a informação que consta no anuário financeiro o peso das despesas correntes era de 69,9%.

Dado o peso que as despesas com pessoal têm na estrutura da despesa, apresentamos de seguida a evolução desta componente da despesa ao longo nos últimos quatro anos.

Designação	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)
Despesas com pessoal	5 431 560,41 €	32%	5 123 062,74 €	35%	5 231 944,41 €	34%	4 991 421,71 €	33%
Total despesa	16 814 467,13 €		14 827 095,70 €		15 169 958,85 €		14 923 549,74 €	

É possível perceber uma certa estabilidade quer termos absolutos quer em termos relativos das despesas com pessoal no total das despesas do município. À semelhança do que referimos anteriormente, não havendo nenhum limite às despesas com pessoal, cada município pode livremente fazer a afetação a esta componente da despesa da forma que considerar que melhor se adequa à sua estratégia. De acordo com a informação constante do anuário financeiro, dados de 2020, a média nacional dos 308 municípios é de 31,2%, pelo que se pode concluir que o indicador apresentado pelo MM está dentro dos valores médios.

Despesas pagas com investimentos

Designação	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)
Investimento	4 563 200,42 €	27%	2 831 177,41 €	19%	4 039 709,46 €	27%	4 260 059,61 €	29%
Total despesa	16 814 467,13 €		14 827 095,70 €		15 169 958,85 €		14 923 549,74 €	

Nesta componente da despesa, os dados dos últimos anos revelavam alguma desaceleração quer em termos absolutos quer em termos relativos, 2021 apresenta a esse nível uma evolução

bastante positiva. Em termos absolutos é o valor mais alto dos quatro anos em análise e em termos relativos aproxima-se dos melhores registos destes últimos 4 anos. Esta componente da despesa que em 2017 representavam 36% do total da despesa paga, com valores acima dos cinco milhões e meios de euros, tem vindo a perder dimensão, sendo que 2021, representa um ano de viragem a esse nível, abrindo boas perspetivas para os próximos anos.

Apesar dos dados dos últimos anos não serem muito favoráveis, em termos comparativos, e tendo por base os dados do anuário financeiro de 2020, esta componente da despesa tem um peso de 20,9% no total dos municípios portugueses o que demonstra de certa forma que os dados do MM apesar de ficar aquém das nossas expetativas estão em linha com a as médias nacionais.

Uma análise mais detalhada ao mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, permitirá concluir acerca das principais intervenções de 2021, com destaque para a Repavimentação da EM 509 desde São João até ao cruzamento de Vale Açor, a Pavimentação de São Pedro de Solis, as intervenções de Repavimentação em Diversas vias Municipais e também ao nível dos Caminhos Terra Batida.

Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Esta secção é dedicada à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita, uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais.

	Designação	2021
Receitas	Receitas previstas corrigidas	27 639 545,93 €
	Receitas liquidadas	27 901 152,13 €
	Receitas cobradas	27 719 936,33 €
	Receitas liq. p/ cobrar	236 777,82 €
	Saldo exercício anterior	8 822 742,62 €
Despesas	Despesas previstas corrigidas	27 639 545,93 €
	Compromissos do exercício	19 557 953,82 €
	Despesas pagas no exercício	16 814 467,13 €
Excesso de despesa sobre receita	Receitas liquidadas + Saldo exercício anterior - despesas comprometidas	17 165 940,93 €
	Receitas cobradas + Saldo exercício anterior - despesas comprometidas	16 984 725,13 €
	Receitas cobradas + Saldo exercício anterior - despesas pagas	19 728 211,82 €

Da análise ao mapa é possível perceber a capacidade do município em gerar receita e alguma dificuldade em comprometer despesa, como referimos anteriormente, o que obviamente resulta

numa menor capacidade de consequentemente realizar despesa, o que se traduz no saldo final de disponibilidades orçamentais de 10.905.469,20, saldo esse que tem ao longo dos últimos anos vindo a aumentar consideravelmente.

Análise Financeira, Económica e Patrimonial

Neste capítulo procedemos à agregação e análise dos dados de natureza patrimonial e financeira do município,

Ativo

Nesta secção apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo e analisamos o peso de cada uma das componentes, bem como a sua evolução em relação a 2020.

Componentes do Ativo	2021	2020
Ativo não corrente	58 846 671,60 €	58 097 422,65 €
Ativos fixos tangíveis	57 167 484,30 €	56 473 873,69 €
Propriedades de investimento	162 800,00 €	162 800,00 €
Ativos intangíveis	41 714,24 €	93 130,12 €
Participações financeiras	1 467 060,81 €	1 358 756,59 €
Devedores por empréstimos e subsídios reembolsáveis	7 612,25 €	8 862,25 €
Ativo corrente	12 320 892,26 €	10 087 512,05 €
Inventários	358 969,31 €	363 292,10 €
Devedores por empréstimos e subsídios reembolsáveis	1 200,00 €	1 200,00 €
Clientes contribuinte e utentes	244 080,95 €	211 211,67 €
Estado e outros entes públicos	14 997,01 €	0,00 €
Outras contas a receber	762 915,16 €	677 060,14 €
Diferimentos	16 355,78 €	0,00 €
Caixa e depósitos	10 922 374,05 €	8 834 748,14 €
Ativo Total	71 167 563,86 €	68 184 934,70 €

Comparativamente com o ano 2020, regista-se um aumento do ativo, na ordem dos três milhões de euros, que resulta essencialmente do aumento das disponibilidades. O Município apresenta um ativo corrente que representa cerca de 17% do total do ativo, cuja componente de maior peso é a rúbrica das disponibilidades (caixa e depósitos) (15%), tendo as, outras contas a receber, os clientes e os inventários um peso residual de aproximadamente 2% do total do ativo. Do lado do ativo não corrente temos os ativos fixos tangíveis com cerca de 80% do total do ativo.

Fundos Próprios (Património Líquido)

Nesta secção apresentam-se os valores que compõem o património líquido do município. Os fundos próprios, sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o património líquido do município.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2021	2020
Património / Capital	19 863 965,56 €	19 863 965,56 €
Reservas	2 712 482,53 €	2 617 771,95 €
Resultados transitados	22 842 202,66 €	22 002 892,74 €
Ajustamentos em ativos financeiros	320 332,82 €	367 977,00 €
Outras variações no Património Líquido	19 204 135,47 €	17 263 055,93 €
Resultados líquidos do período	992 891,73 €	947 105,77 €
Total Património/Capital	65 936 010,77 €	63 062 768,95 €

Os fundos próprios do município totalizam aproximadamente sessenta e seis milhões de euros o que representa cerca de 93% do total do ativo. A rubrica dos resultados transitados é a que maior peso tem no total desta componente, seguida do património/capital.

Passivo

Nesta secção analisaremos o passivo corrente (exigível no curto prazo) e o passivo não corrente (exigível a médio e longo prazos), bem como a sua estrutura e peso relativo no total do passivo municipal.

Passivo Exigível	2021	2020
Passivo não corrente	2 081 382,17 €	2 422 577,27 €
Provisões	47 904,22 €	59 904,22 €
Financiamentos obtidos	2 033 477,95 €	2 362 673,05 €
Passivo Corrente	3 150 170,92 €	2 699 588,48 €
Credores por transferências e subsídios	63 459,70 €	64 411,01 €
Fornecedores	49 663,90 €	155 906,01 €
Estado e outros entes públicos	147 062,74 €	148 470,09 €
Financiamentos obtidos	329 177,72 €	328 446,39 €
Fornecedores de investimentos	13 710,78 €	38 909,83 €
Outras contas a pagar	1 033 476,06 €	879 916,31 €
Diferimentos	1 513 620,02 €	1 083 528,84 €
Total Passivo	5 231 553,09 €	5 122 165,75 €

O Município apresenta um passivo na ordem dos cinco milhões e duzentos mil euros, valor muito semelhante ao registado no final de 2020. O passivo não corrente representa 40% e o passivo corrente 60%. Para o componente do passivo não corrente, concorre essencialmente a dívida de empréstimos e para a componente do passivo corrente os diferimentos e as outras contas a pagar.

Rácios Financeiros

Neste capítulo iremos utilizar indicadores de forma a avaliar a situação financeira do município. Utilizamos para o efeito alguns dos indicadores recomendados pela Unileo,

Índice de Liquidez

Este indicador relaciona o ativo corrente, que inclui as disponibilidades, os inventários e as dívidas a receber, com o passivo corrente, que inclui a dívida de curto prazo.

Índice de Liquidez	2021
Ativo Corrente	12 320 892,26 €
Passivo Corrente	3 150 170,92 €
Cálculo do Índice	391%

O rácio de Liquidez Geral apresenta um indicador de 391%, evidencia em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas pelos ativos que podem ser convertidos em "liquidez" no prazo de um ano. O ativo do município cobre o passivo em cerca de 391%, o que se traduz num excelente resultado.

Índice de Autonomia Financeira

Índice de Autonomia Financeira	2021
Património Líquido	65 936 010,77 €
Ativo	71 167 563,86 €
Cálculo do Índice	93%

A Autonomia Financeira reflete a solidez financeira e a capacidade do Município para cumprir as suas obrigações não correntes. Ela representa a percentagem dos ativos totais do Município financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o seu valor, menor é o peso do passivo no financiamento dos ativos. O indicador apresentado reflete uma excelente autonomia financeira por parte do município.

Índice de Solvabilidade

A Solvabilidade traduz a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. O conceito de solvabilidade contrapõe-se ao de liquidez, assumindo este último uma visão de curto prazo e a solvabilidade uma perspetiva de médio-longo prazo. O indicador apresentado superior a 100% traduz uma situação financeira bastante estável.

Índice de Solvabilidade	2021
Património Líquido	65 936 010,77 €
Passivo	5 231 553,09 €
Cálculo do Índice	1260%

Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Neste ponto iremos apresentar o cálculo do prazo médio de pagamento do município, calculado de acordo o definido no nº4 do Despacho n. 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril no DR nº 71, 2ª série Parte C.

Prazo Médio de Pagamento (PMP)	2021
Saldo médio de fornecedores/outras credores	138 381,03 €
Saldo médio de compras + FSE	4 480 527,18 €
Cálculo do Índice (º dias)	11

O Prazo Médio de Pagamentos é o rácio que mede a celeridade (em dias) com que o Município costuma pagar as suas dívidas aos fornecedores. Com um valor de 11 dias, corresponde em média a uma situação ótima e que também tem sido uma imagem de marca do município de Mértola. De referir ainda que em 2020 o PMP do Município de Mértola era de 17 dias.

Outros indicadores relevantes para a análise financeira

Equilíbrio Orçamental

Um dos indicadores que permite aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente paga acrescida dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, nos termos dos artigos 40º e 83º da Lei 73/2013, de 30 de setembro.

Designação	2021
Receita corrente cobrada bruta	14 992 300,31 €
Despesa corrente paga	11 374 061,48 €
Amortizações de empréstimos	323 887,71 €
Total da despesa acrescida das amortizações	11 697 949,19 €
Saldo corrente deduzido das amortizações	3 294 351,12 €
Saldo corrente / receita corrente	22%

O quadro mostra a relação entre as duas componentes da estrutura financeira do MM, que traduz o estado de equilíbrio orçamental, que se cifra em 78%. Significa isto que o município dispõe ainda de uma margem de 22% para poder continuar a comprometer e realizar despesa. De acordo com o anuário financeiro de 2020, o município que apresenta melhor equilíbrio orçamental situa-se nos 75,41%, o que nos inclui no conjunto de município com melhor indicador nesta avaliação.

Independência Financeira

Este indicador relaciona as receitas própria com as receitas totais para aferir o grau de independência financeira do município. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais.

Designação	Valor cobrado 2021	%
Receitas Próprias	2 746 279,70 €	15%
Cap. 01 - Impostos diretos	974 421,21 €	
Cap. 04 - Taxas	52 563,97 €	
Cap. 05 - Rendimentos de propriedade	453 274,64 €	
Cap. 07 - Venda de bens e serviços	1 132 124,02 €	
Cap. 08 - Outras receitas correntes	42 324,34 €	
Cap. 09 - Venda de bens de investimento	69 842,33 €	
Cap. 11 - Ativos financeiros	1 485,08 €	
Cap. 13 - Outras receitas de capital	20 244,11 €	
Transferências	16 146 896,03 €	85%
Cap. 06 - Transferências correntes	12 237 143,50 €	
Cap. 10 - Transferências de capital	3 909 752,53 €	
Receitas Totais	18 893 175,73 €	

O MM apresenta uma independência financeira de 15%, indicador esse que se tem mantido constante alguma dos últimos anos, e que evidencia uma elevada dependência financeira. De acordo com o anuário financeiro de 2020, os 187 município de pequena dimensão, onde se inclui o MM, apresentam em média uma independência financeira de 26,60%, o que revela bem a

dificuldade dos municípios de menor dimensão em atingir os 50%, que representaria uma situação de independência financeira.

Endividamento

O endividamento municipal é calculado de acordo com o artigo 52º da 73/2013 de 03 de setembro.

Envidamento	2021
Média da receita cobrada nos ultimos 3 anos	13 021 121,72 €
Média da receita acrescida de 1,5	19 531 682,58 €
Divida do Município a 31/12/2021	3 024 810,79 €
Contribuição das entidades do SEL	190 180,67 €
Capacidade de envidamento	83,54%

De acordo com a informação disponível a 31/12/2021, o município de Mértola esgotou apenas cerca de 16% da sua capacidade de endividamento e tem por isso margem para se continuar a endividar na ordem dos 84%. De acordo com o mesmo artigo os municípios só podem aumentar em cada ano, 20% da margem disponível, o que represente cerca de três milhões e trezentos mil euros.

Contabilidade de Gestão

O município de Mértola implementou a contabilidade analítica, na vertente de custos, há já alguns anos e ao longo do tempo tem vindo a introduzir melhorias que a tornam hoje uma importantíssima fonte de informação, mas ainda sem ser um verdadeiro instrumento de gestão e de decisão para as mais diversas áreas de intervenção do município. Em 2021 não foi possível avançar para a contabilidade de proveitos, o que também não irá acontecer em 2022, considerando que é necessário fazer uma reflexão profunda acerca da base de bens e serviços atuais e tornar esta tabela mais adaptada à realidade atual e que possa simultaneamente dar resposta às exigências inerentes à contabilidade de proveitos.

Apresentamos de seguida uma tabela resumo com os valores apurados em 2021, por função, evidenciando as funções que apresentam maior volume de despesa, que analisaremos mais detalhadamente no próximo ponto.

Funções	Custos Diretos da Função		
	Total Custos Função	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços
111 - Administração Geral	3 069 624,61 €	1 177 798,36 €	1 891 826,25 €
121 - Proteção civil e luta contra incêndios	221 253,34 €	16 450,55 €	204 802,79 €
211 - Ensino não superior	1 054 798,81 €	449 073,10 €	605 725,71 €
212 - Serviço auxiliares de ensino	100 684,37 €	0,00 €	100 684,37 €
232 - Ação social	249 825,21 €	51 544,08 €	198 281,13 €
241 - Habitação	187 015,18 €	187 015,18 €	0,00 €
242 - Ordenamento do território	73 921,01 €	0,00 €	73 921,01 €
243 - Saneamento	835 075,33 €	785 729,26 €	49 346,07 €
244 - Abastecimento de água	958 857,05 €	885 625,34 €	73 231,71 €
245 - Resíduos sólidos	331 338,19 €	317 361,60 €	13 976,59 €
246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	449 870,45 €	209 849,31 €	240 021,14 €
250 - Serviços culturais, recreativos e religiosos	37 286,43 €	0,00 €	37 286,43 €
251 - Cultura	849 592,74 €	530 197,02 €	319 395,72 €
252 - Desporto, recreio e lazer	767 934,94 €	386 908,80 €	381 026,14 €
253 - Outras atividades cívicas e religiosas	75 801,48 €	74 961,92 €	839,56 €
320 - Indústria e energia	357 071,67 €	318 154,48 €	38 917,19 €
331 - Transportes rodoviários	1 923 695,42 €	1 923 695,42 €	0,00 €
341 - Mercados e Feiras	143 446,83 €	143 446,83 €	0,00 €

342 -Turismo	455 432,75 €	311 968,49 €	143 464,26 €
343 -Desenvolvimento económico	39 224,91 €	0,00 €	39 224,91 €
350 -Outras funções económicas	49 982,57 €	38 482,57 €	11 500,00 €
430 -Outras não especificadas	49 139,38 €	0,00 €	49 139,38 €

Para cada uma das funções concorrem custos diretos e indiretos, sendo que para a componente dos custos diretos, concorrem gastos relacionadas com mão de obra direta, máquinas e viaturas, materiais e outros custos diretos, que serão detalhados no mapa seguinte. Da análise da tabela anterior, percebe-se que a função 111 é a que apresenta um maior volume de despesa, nomeadamente por via dos custos indiretos. Para este volume de despesa concorrem os custos relacionados com a mão-de-obra associada a esta função, e que na prática são os custos das remunerações de todos os colaboradores associados à componente administrativa da organização. Os custos indiretos associados às funções 211, 251 e 252 resultam essencialmente das depreciações correspondentes a ativos afetos parcialmente às mesmas, assim como, dos custos da mão-de-obra associada a estas funções (na função 211 o pessoal não docente afeto aos estabelecimentos escolares, incluindo a EB2,3, na função 251 o pessoal que trabalha nos núcleos museológicos, animação cultural, biblioteca, etc., e na função 252 o pessoal do pavilhão desportivo, piscinas, etc.).

Apresentaremos de seguida as funções 111, 211, 243, 244, 251 e 331, discriminadas por tipologia de despesa.

Funções	Custos Diretos a Bens e Serviços				
	Materias	Mão de obra	Máquinas e viaturas	Outros Custos diretos	Total custos diretos
111 -Administração Geral	76 519,58 €	3 973,52 €	3 519,79 €	1 093 785,47 €	1 177 798,36 €
211 - Ensino não superior	-87 947,89 €	2 743,19 €	1 803,08 €	532 474,72 €	449 073,10 €
243 - Saneamento	1 992,83 €	8 045,04 €	14 414,46 €	761 346,93 €	785 799,26 €
244 - Abastecimento de água	75 401,19 €	15 873,00 €	28 369,26 €	765 981,89 €	885 625,34 €
251 - Cultura	3 542,46 €	1 914,62 €	1 694,76 €	523 045,18 €	530 197,02 €
331 - Transportes rodoviários	165 614,07 €	140 383,10 €	244 398,04 €	1 373 300,21 €	1 923 695,42 €

Os materiais afetos à função 111 incluem, por exemplo, produtos de higiene e limpeza ou de proteção. A mão-de-obra direta e os custos com máquinas e viaturas, resultam das folhas de obra referentes aos serviços de manutenção e reparações dos edifícios municipais. Os outros custos diretos associados à função 111, incluem as depreciações dos imoveis e bens afetos diretamente à componente administrativa da organização, custos com energia ou prestações de serviços associados a esta área de atividade.

Quanto à função 211, destaca-se a rubrica “outros custos diretos”, que contempla, por exemplo, os custos com energia, prestações de serviços, etc., mas também as depreciações dos imóveis e bens afetos diretamente à função.

Relativamente às funções 243 e 244, verifica-se um maior peso dos “outros custos diretos”, que incluem a componente em “alta” (compra de água à AGDA e a gestão de ETARs por parte daquela entidade), custos com energia, custos com os técnicos que efetuam a manutenção das ETAs Reservatórios, e ETARs, custos com a realização de análises laboratoriais, depreciações, etc. A mão-de-obra direta são os gastos com os funcionários associados às folhas de obra, assim como as viaturas e máquinas, para a reparação e construção de redes ou ramais. Os materiais incluem, por exemplo, tudo o que sai de armazém para a construção ou reparação de redes e ramais.

No que se refere à função 251, os “outros custos diretos”, que englobam a maior parte dos gastos, abrangem, por exemplo, prestações de serviços relacionadas com a organização de eventos ou com a atualização de aplicações dos inventários dos museus, atividades da biblioteca, etc.

Na função 331 verifica-se igualmente um peso maior na componente “outros custos diretos”, que incluem fundamentalmente os custos com as depreciações das infraestruturas rodoviárias, mas também custos de energia de semáforos e parquímetros, e outras prestações de serviços relacionados com a função. A mão-de-obra direta diz respeito aos colaboradores registados nas folhas de obra, assim como as viaturas e máquinas, que realizaram obras por administração direta de manutenção e construção de estradas e arruamentos. Os materiais incluem, principalmente, emulsão betuminosa, britas, bago de arroz, areia, etc.

Mértola, 13 de abril de 2022



2021
relatório e contas



**DOCUMENTOS ESPECÍFICOS
PARA A ADMINISTRAÇÃO
LOCAL**



2021

relatório e contas



- Dívida total

Entidades relevantes para efeitos da dívida total

Apuramento da dívida total

Limite da dívida total

- Transferência de competências de órgãos do Estado

- Delegação de competências do Município

- Mapa de empréstimos



MÉRTOLA
CÂMARA MUNICIPAL

MODELO 13 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total ¹

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA
Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

ENTIDADES	Dívida (Balço)	Exceto Op. Tesouraria	Participação / quota parte ²	Dívida Total
Serviços municipalizados ³				0,00
	0,00	0,00	0,0000	0,00
Serviços Intermunicipalizados ³				0,00
	0,00	0,00	0,0000	0,00
Entidades intermunicipais ³ :				
RESIALENTEJO, EIM	alinea c) artigo 54º da Lei 73/2013		12,50%	0,00
Área Metropolitana				0,00
Comunidade Intermunicipal				174 278,81
CIMBAL	1 689 585,28	17 043,95	10,42%	174 278,81
Entidades associativas municipais ³ :				
Associações de Freguesias				0,00
	0,00	0,00	0,0000	0,00
Associações de Municípios				0,00
AMGAP	0,00	0,00	3,43%	0,00
AMPV	0,00	0,00	0,0001%	0,00
APMCH	1 639,59	0,00	0,5295%	8,68
Empresas locais ⁴				0,00
	0,00	0,00	0,0000	0,00
Empresas participadas ⁴				0,00
	0,00	0,00	0,0000	0,00
Cooperativas				13 323,21
Alsud, Crl	43 971,00	0,00	30,30%	13 323,21
Cooperativa Agrícola do Guadiana	0,00	0,00	0,0002%	0,00
Fundações				0,00
Fundação Serrão Martins	0,00	0,00	98,00%	0,00
Entidades de outra natureza				2 578,66
Qualifica	17 788,19	0,00	2,70%	480,28
Conservatório Regional do Baixo Alentejo	54 883,67	19 209,16	5,882%	2 098,37
TOTAL				190 180,68

¹ A preencher de acordo com o estabelecido no art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sucessivamente alterada e republicada

² Ou o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 54º

³ Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e

⁴ Em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

MODELO 14 - Dívida total - Apuramento da dívida total

CÂMARA MUNICIPAL DE MERTOLA

Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

DÍVIDA TOTAL

ENTIDADES	Passivo não corrente (total) (1)	Passivo não corrente - Provisões (2)	Passivo não corrente - Diferimentos (3)	Passivo corrente (total) (4)	Passivo corrente - Diferimentos (5)	Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI (6)	Saldo final de operações de tesouraria (7)	Fundo de Apoio Municipal (8)	Empréstimos bancários excluídos do cálculo (9)	Dívida Total (10) = 1-2-3+4-5-6-7-8-9
Município	2 081 382,17	47 904,22	0,00	3 150 170,92	1 513 620,02	0,00	16 904,85	487 930,50	140 382,71	3 024 810,79
Serviços Municipalizados ¹										
Serviços Intermunicipalizados ¹										
Entidades Intermunicipais ¹ :	90 000,00	90 000,00	0,00	4 821 957,80	3 132 372,60	0,00	17 043,95	0,00	0,00	1 672 541,25
Área Metropolitana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunidade Intermunicipal	90 000,00	90 000,00	0,00	4 821 957,80	3 132 372,60	0,00	17 043,95	0,00	0,00	1 672 541,25
Entidades associativas municipais ¹ :										
Associações de Freguesias										
Associações de Municípios										
Empresas locais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empresas participadas										
Cooperativas	0,00	0,00	0,00	43 971,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43 971,00
Fundações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades de outra natureza	0,00	0,00	0,00	72 771,86	0,00	0,00	19 209,16	0,00	0,00	53 562,70
TOTAL										4 794 885,74

¹ Para efeitos do apuramento da dívida total não é considerada a dívida que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.

MODELO 15 - Limite da dívida total

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA
Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

ENTIDADES (1)	Receita Corrente Líquida Cobrada				Média (5) = [(2)+(3)+(4)]/3	Limite ano N (6) = 1,5 * (5)	Dívida Total Ano N (7)	Margem/Excesso	
	Anos			Ano N-1 (4)				Valor absoluto (8) = (6) - (7)	%
	Ano N-3 (2)	Ano N-2 (3)	Ano N-1 (4)						
Município	12 530 645,66	12 427 332,84	14 105 386,67	0,00	13 021 121,72	19 531 682,59	3 024 810,79	16 506 871,80	85%
Serviços Municipalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Serviços Intermunicipalizados							0,00		
Entidades intermunicipais:							174 278,81		
Área Metropolitana							0,00		
Comunidade Intermunicipal							174 278,81		
Entidades associativas municipais:							15 901,86		
Associações de Freguesias							0,00		
Associações de Municípios							0,00		
Empresas locais							0,00		
Empresas participadas							0,00		
Cooperativas							13 323,21		
Fundações									
Entidades de outra natureza							2 578,65		
TOTAL	12 530 645,66	12 427 332,84	14 105 386,67		13 021 121,72	19 531 682,59	3 214 991,46	16 316 691,13	84%



M.É.P.T.O.L.A.

MODELO 16 - Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais

CÂMARA MUNICIPAL DE MERTOLA
 Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Entidade responsável pela transferência de competências	Transferência de competências				Recursos												
	Lei habilitante	Instrumento jurídico	Data da celebração	Período de vigência	Humanos		Patrimoniais		Previsão			Execução			Classificação		
					Identificação do bem	Conta PCM	Alé N	Montantes	Financeiros	Humanos	Identificação do bem	Conta PCM	Até N	Montantes	Financeiros	Patrimoniais	Classificação
Ministério da Educação	Lei nº 50/2018	DL nº 21/2019	01/09/2020	Definitiva	32	Edifício EB2.3	4323	260 255,14 €	726 806,31 €	n/d	n/d	222 096,50 €	723 955,97 €	06030701	751122	06030701	751122
								20 000,00 €	20 000,00 €	n/d	n/d	6 666,68 €	19 999,99 €	10030801	5939122	10030801	5939122

PCM - Plano de Contas Multidimensional



MÉRTOLA - Mapa de empréstimos

CÂMARA MUNICIPAL
Período de relato: 01-01-20

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Amortização do capital	
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Até N	Ano N
Médio e Longo Prazo Não isentos		Novo Banco	08.04.03	20A	11,5	486	08.06.24	Ninho de Empresas	118 615,00 €	118 615,00 €	69 192,06 €	6 589,72 €
		Novo Banco	08.04.03	20A	11,5	485	08.06.24	CM 514 e Ponte do Pomarão	248 714,00 €	248 714,00 €	145 083,13 €	13 817,45 €
		BCP	07.06.05	20A	12	730	07.10.11	CM1096 - 1º troço entre Corte Pinto/Barranco Alcaides	171 330,00 €	171 330,00 €	102 923,59 €	9 751,12 €
		BCP	07.06.05	20A	12	730	07.10.11	CM1096 - 2º troço entre Barranco Alcaides/ Corte Azinha	226 130,00 €	226 130,00 €	135 843,83 €	12 870,01 €
		BCP	07.06.05	20A	13	727	07.08.01	Centros Educativos Penhios e S. Miguel Pinheiro	661 000,00 €	661 000,00 €	566 526,74 €	13 466,84 €
		BCP	07.06.05	20A	13	727	07.08.01	Centros Educativos de Algodôr e Samana de Cambas	726 500,00 €	477 153,00 €	412 601,70 €	9 201,55 €
		BCP	08.01.14	20A	11,5	1102	07.09.07	Cine-Teatro Marques Duque	298 461,00 €	298 461,00 €	237 554,92 €	8 002,67 €
		Santander Totta	08.05.06	15	11	596	08.08.21	Eixo Comercial de Mértola	750 000,00 €	750 000,00 €	704 018,33 €	15 327,24 €
		Santander Totta	08.05.06	15	11	596	08.08.21	Saneamento e Pavimentação Algodôr	650 000,00 €	650 000,00 €	562 246,85 €	29 251,04 €
		Santander Totta	08.05.06	15	11	596	08.08.21	Saneamento e Pavimentação Via Glória	400 000,00 €	400 000,00 €	307 692,40 €	30 769,24 €
		Santander Totta	08.05.06	15	11	596	08.08.21	Saneamento e Pavimentação Penhios	400 000,00 €	400 000,00 €	326 678,56 €	24 440,46 €
		CGD	10.01.25	20A	9	321	10.07.13	Saneamento e Pavimentação Vale de Açor e Viegas	1 000 000,00 €	855 000,00 €	725 386,74 €	13 016,84 €
		CGD	10.01.25	20A	9	321	10.07.13	Saneamento e Pavimentação Espírito Santo	950 000,00 €	709 000,00 €	535 074,38 €	17 467,33 €
		BEI	12.05.11	8A	8	1011/2012	12.07.13	Construção do Parque Desportivo e Lazer Municipal	1 250 000,00 €	950 000,00 €	950 000,00 €	- €
		CGD	17.03.02	20A	2	1013	17.05.30	Construção do Lar de São Miguel	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	124 999,98 €	83 333,32 €
		Santander Totta	17.03.10	20A	2	1012	17.05.30	Construção do Pavilhão Multiusos	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	124 999,98 €	83 333,32 €
	SubTotal								9 424 453,00 €	8 489 106,00 €	5 979 526,21 €	287 304,83 €
Médio e Longo Prazo Isentos		CGD	96-10-17	26A	20,5	55604	96-09-25	Const.10 Fogos no Conjunto Habit. Furadouro	345 282,78 €	332 169,48 €	274 860,29 €	16 312,46 €
		BCP	05.03.17	20A	14	962	05.07.14	S. Básico de Alcaria Ruiva, Convos, Corte Sines e Moreanes	154 210,00 €	154 210,00 €	111 373,86 €	8 567,22 €
		BCP	05.08.10	20A	14	2085	05.08.23	S. Básico de São Miguel, S. João, S. Pedro e Penedos	350 278,00 €	338 018,00 €	256 621,68 €	16 279,26 €
SubTotal								853 770,78 €	824 397,48 €	642 855,83 €	41 158,94 €	
Total M.L.P								10 278 223,78 €	9 313 503,48 €	6 622 384,04 €	328 463,77 €	
Total Geral								10 278 223,78 €	9 313 503,48 €	6 622 384,04 €	328 463,77 €	

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

Pagamentos efetuados										Outros encargos		Montantes vencidos e não pagos em 31/12		Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)
Juros				(a)		(a)		(a)		Em 01.01		Em 31.12		Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)		Empréstimos contratados após 01/01/2014		
Previsões após N	Até N	Ano N	Previsões após N	Até N	Ano N	Previsões após N	Capital	Juros	Outros encargos	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014					
42 833,22 €	10 631,96 €	92,02 €	782,17 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	56 012,66 €	42 833,22 €	6 589,72 €	83 333,32 €	N/A				
89 813,42 €	20 028,01 €	192,96 €	1 640,16 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	117 448,32 €	89 813,42 €	13 817,45 €	83 333,32 €	N/A				
58 655,27 €	23 670,53 €	47,82 €	382,56 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	78 150,45 €	58 655,29 €	9 772,34 €	83 333,32 €	N/A				
77 416,16 €	26 670,19 €	63,13 €	505,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	103 146,88 €	77 416,16 €	12 898,02 €	83 333,32 €	N/A				
81 006,45 €	42 753,85 €	66,06 €	462,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	107 930,38 €	81 006,42 €	14 534,35 €	83 333,32 €	N/A				
55 349,75 €	35 711,12 €	45,13 €	315,91 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	73 746,14 €	55 349,75 €	10 758,55 €	83 333,32 €	N/A				
52 903,41 €	28 522,64 €	266,07 €	2 253,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	68 872,81 €	52 903,41 €	820,81 €	83 333,32 €	N/A				
30 654,43 €	54 219,22 €	12,68 €	50,72 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	61 308,91 €	30 654,43 €	15 327,22 €	83 333,32 €	N/A				
58 502,11 €	46 067,45 €	24,22 €	96,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	117 004,19 €	58 502,11 €	29 251,04 €	83 333,32 €	N/A				
61 538,36 €	31 254,94 €	25,48 €	101,92 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	123 076,84 €	61 538,36 €	30 769,20 €	83 333,32 €	N/A				
48 880,98 €	25 197,96 €	20,24 €	80,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	97 761,90 €	48 880,98 €	24 440,48 €	83 333,32 €	N/A				
116 594,39 €	46 887,54 €	1 393,78 €	15 531,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	142 442,66 €	116 594,42 €	12 862,12 €	83 333,32 €	N/A				
156 458,29 €	49 439,30 €	1 870,31 €	20 573,41 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	191 144,12 €	156 458,29 €	17 392,56 €	83 333,32 €	N/A				
- €	15 224,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	13 488,27 €	- €	- €	83 333,32 €	N/A				
- €	22 326,94 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	83 333,32 €	N/A				
1 291 666,70 €	41 562,50 €	25 729,17 €	463 125,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 500 000,00 €	1 291 666,70 €	- €	83 333,32 €	N/A				
2 222 272,94 €	520 168,82 €	29 848,07 €	505 701,89 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	2 851 534,53 €	2 222 272,96 €	199 333,86 €	83 333,32 €	Empréstimos contratados até 31/12/2020 para recuperação de habitação social. Lei nº4298 de 06 de agosto				
40 996,73 €	83 360,40 €	160,88 €	894,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	73 556,31 €	40 996,73 €	16 374,05 €	83 333,32 €	Empréstimos contratados em 2005 para execução de projetos com financiamento comunitário (LOE 2005)				
34 268,92 €	42 715,33 €	360,95 €	2 165,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	51 403,36 €	34 268,92 €	8 667,22 €	83 333,32 €	Empréstimos contratados em 2005 para execução de projetos com financiamento comunitário (LOE 2005)				
65 117,06 €	66 036,79 €	686,28 €	4 117,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	97 675,58 €	65 117,06 €	16 279,26 €	83 333,32 €	Empréstimos contratados em 2005 para execução de projetos com financiamento comunitário (LOE 2005)				
140 382,71 €	192 112,52 €	1 208,11 €	7 168,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	222 636,28 €	140 382,71 €	41 220,53 €	83 333,32 €					
2 362 655,65 €	712 281,34 €	31 056,18 €	512 870,11 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 074 169,78 €	2 362 655,67 €	240 554,39 €	83 333,32 €					
2 362 655,65 €	712 281,34 €	31 056,18 €	512 870,11 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 074 169,78 €	2 362 655,67 €	240 554,39 €	83 333,32 €					

10/2022

CÓPIA AUTÊNTICA DE PARTE DA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA,
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2022

----- Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre da Câmara Municipal, encontrando-se presentes os senhores: Mário José Santos Tomé, Luís Miguel Braz Morais Costa, Luís Miguel Cavaco dos Reis e António José Guerreiro Cachoupo, nas qualidades, respetivamente de Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, teve lugar a reunião ordinária da Câmara Municipal de Mértola. -

1.- ABERTURA DA REUNIÃO: - Encontrando-se presente a maioria dos membros, da Câmara, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião eram 17:00horas. -----

2.- FALTAS: Faltou a Vereadora Rosinda Pimenta. -----

10.- FINANÇAS E CONTABILIDADE: -----

10.1. - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021: -----

Apresentação

Após um ano 2020 de grandes desafios para todos nós em geral, e em particular para as Autarquias Locais, que para além das questões relacionados com a Pandemia da Covid-19, e que obrigou a quase reinvenção no nosso modo de intervenção, 2020 foi também marcado pelo arranque de um novo sistema contabilístico, que deixou algumas marcas ainda hoje bem visíveis, e que nos obriga a um esforço permanente no sentido de acompanhar a evolução e as exigências resultantes da sua implementação. -----

O ano 2021 foi planeado com enorme expectativa e uma ambição redobrada, todos acreditavam que ultrapassados os meses mais difíceis de uma constante adaptação aos desafios que a Pandemia a Covid-19 ia colocando, este seria um ano em que tudo voltaria a uma normalidade desejada e que nos iria permitir retomar tudo o que tinham ficado em suspenso pelas dificuldades inerentes ao período conturbado que vivemos. -----

Todos os projetos estruturantes, por vicissitudes variadas viram o seu arranque adiado. A Pandemia da Covid-19, por mais que já não fosse novidade, obrigava a um "para arranca" constante, e gradualmente levou-nos a baixar as expectativas e a convicção de que este poderia ser o ano de viragem. -----

A nível organizativo, todo este processo de mudança ao nível do sistema contabilístico, obrigou-nos a concentrar todos os nossos esforços no cumprimento dos prazos e das exigências ao nível dos reportes de informação às entidades competentes e da prestação de contas, processos esses que nos absorveram durante o primeiro semestre de 2021. -----

O Município de Mértola tem ao longo destes dois anos de SNC-AP feito o seu caminho, no sentido de se capacitar para um processo que não é fácil, que requer conhecimentos especializados e um reforço na formação e na capacitação dos recursos humanos afetos a estas áreas. -----

Os objetivos principais deste novo normativo são para nós desafios importantes, mas obrigam-nos a efetuar uma priorização de forma a que possamos de forma segura e sustentada caminhar no sentido da sua integral implementação. Os objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, nomeadamente: evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental; permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa; proporcionar informação para a

M. I. P.



determinação dos gastos dos serviços públicos; proporcionar informação para a elaboração de contas a enviar as entidades de controlo e supervisão; proporcionar informação para a preparação de contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais; permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos, proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisão de gestão, foram de certa forma atingidos mas carecem de uma maior maturação que só será alcançada com a incorporação no quadro de pessoal dos recursos humanos com especialização nestas áreas que nos ajudem a dar o salto qualitativo que é necessário. -----

Ao nível da contabilidade de gestão, não foi possível dar ainda avançar para uma contabilidade de custos e proveitos que nos permita em cada momento ter informação atualizada e fiável para a tomada de decisão. Ao nível do Património da autarquia, havia a intenção de avançar com uma inventariação total e exaustiva de todos os bens que compõem o universo da autarquia, o que também não foi possível e que tem de continuar a fazer parte das nossas prioridades dada a sua implicação na qualidade da informação financeira que produzimos. O próprio sistema de controlo interno, outro projeto que também ficou adiado. -----

De acordo com modelo único de prestação de contas das entidades públicas aprovado pela Unileo e dando cumprimento ao estipulado na Instrução nº1/2019 e na Resolução 2/2021 do Tribunal de Contas, o Município de Mértola apresenta nos termos aí previstos a sua documentação de prestação de contas de 2021. -----

Os documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, subdividem-se em 3 grandes grupos: -----

- As Demonstrações Financeiras. Que dão a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e dos fluxos de caixa, com base em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e outras alterações no património líquido e fluxos de caixa. As principais demonstrações financeiras são: o Balanço; A Demonstração dos resultados por natureza; A Demonstração das alterações do património líquido; A Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às demonstrações financeiras. -----

- As Demonstrações Orçamentais. Traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade, proporcionando, entre outras, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos. -----

- A Contabilidade de Gestão. Norma NCP 27. Consiste em estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas, que permita uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas. A sua finalidade é a apresentação de informações de desempenho, para que os utilizadores possam avaliar a extensão do desempenho da entidade, aferir responsabilidades e tomar decisões. -----

Serão ainda avaliados alguns indicadores económico-financeiros: Liquidez, Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento e Equilíbrio Financeiro -----

Factos mais importantes dos documentos de prestação de contas de 2021 - Apresentaremos de seguida, em resumo, alguns dos dados mais importantes da prestação de contas de 2021, relacionados com a execução orçamental e situação patrimonial. -----

Dados do Balanço: -----

Total do ativo: 71.167.563,86€ -----

n.l. P



Total do património líquido: 65.936.010,77€ -----

Total do passivo: 5.231.553,09€ -----

Dados da Demonstração de Resultados (DR) -----

Rendimentos: 17.084.721,60€ -----

Gastos: 16.091.829,87€ -----

Resultado líquido: 992.891,73€ -----

Dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) -----

Recebimentos: 19.041.908,96€ -----

Pagamentos: 16.954.283,05€ -----

Dados da Demonstração do Desempenho Orçamental (DDO) -----

De operações orçamentais: -----

Saldos iniciais: 8.822.742,62€ -----

Saldos finais: 10.905.469,20€ -----

De operações de tesouraria: -----

Saldos iniciais: 12.005,52€ -----

Saldos finais: 16.904,85€ -----

Organização e documentação das contas -----

A organização do processo de prestação de contas de 2021, é organizado de acordo com a Instrução nº 1/2019, publicada no Diário da República, 2ª série -Nº 46 – de 6 de março de 2019, e obedece à seguinte nomenclatura: -----

Anexo A.1 – SNC-AP – Regime integral -----

Demonstrações financeiras (individuais) -----

- ✓ Balanço -----
- ✓ Demonstração de resultados por natureza -----
- ✓ Demonstração das alterações do património líquido -----
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa -----
- ✓ Anexo às demonstrações financeiras -----

Demonstrações de relato (individuais) -----

- ✓ Demonstração de desempenho orçamental -----
- ✓ Demonstração de execução orçamental da receita -----
- ✓ Demonstração de execução orçamental da despesa -----
- ✓ Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos -----
- ✓ Anexo às demonstrações orçamentais -----
 - Alterações orçamentais da receita -----
 - Alterações orçamentais da despesa -----
 - Alterações orçamentais ao plano plurianual de investimentos -----
 - Operações de tesouraria -----
 - Contratação administrativa – situação dos contratos -----
 - Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento -----
 - Transferências e subsídios concedidos -----
 - Transferências e subsídios recebidos -----
 - Outras divulgações -----
 - Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos -----
 - Encargos contratuais -----

Anexo A.4 – Documentos genéricos (SNC-AP) -----

Documentos genéricos de prestação de contas – SNC-AP -----

- ✓ Relação nominal dos responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato -----

M. f. f



- ✓ Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP) -----
 - Elaboração -----
 - apresentação e divulgação -----
 - aprovação -----
- ✓ Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP) -----
 - Elaboração -----
 - apresentação/aprovação -----
- ✓ Ata da reunião de apreciação das contas pelo órgão competente -----
- ✓ Ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente -----
- ✓ Certificação legal de contas -----
- ✓ Relatório e Parecer do órgão de fiscalização -----
- ✓ Caracterização da entidade -----
- ✓ Mapa dos investimentos financeiros -----
- ✓ Mapa da acumulação de funções -----
- ✓ Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício ---
- ✓ Reconciliações bancárias -----
- ✓ Síntese das reconciliações bancárias -----
- ✓ Relatório de atividades e contas -----
- ✓ Reconciliação para o Balanço de abertura de acordo com o SNC-AP -----

**Anexo A.5: SNC-AP – Documentos específicos para a Administração Local --
Documentos específicos das Autarquias Locais -----**

- ✓ Dívida Total -----
 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total -----
 - Apuramento da dívida total -----
 - Limite da dívida total -----
- ✓ Transferências de competências de órgãos do Estado -----
- ✓ Mapa de empréstimos -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por maioria, com três (3) votos a favor e um (1) voto contra, aprovar a Prestação de Contas de 2021, e submeteu o processo à Assembleia Municipal para deliberação.-----
----- Votou contra o Vereador Luís Morais. -----

A ata da reunião foi aprovada em minuta, por unanimidade, em conformidade com o nº 3 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

E eu,
assino.

Coordenadora Técnica, a redigi, subscrevo e